A REFORMA LITÚRGICA DO VATICANO II: FRUTOS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

D. Geraldo Lyrio Rocha
Arcebispo de Mariana

INTRODUÇÃO

O Concílio Vaticano II operou uma das maiores reformas litúrgicas de todos os tempos. Soprou um vento renovador em toda a Igreja. O Povo de Deus experimentou a atmosfera alegre e vibrante de um novo Pentecostes. O Documento sobre a Sagrada Liturgia, intitulado *Sacrosanctum Concilium*, abriu caminhos novos para a vida litúrgica. Certamente esse é um dos frutos mais preciosos e mais visíveis do Vaticano II.

> O que quis o Movimento Litúrgico e, agora, a reforma do Concílio Vaticano II? — pergunta Fr. José Ariovaldo. No fundo, resgatar o essencial na vida cultual da Igreja. Aquilo que está para além de todos os padrões humanos, que, no corpo eclesial, acabaram roubando a cena do Espírito que anima este corpo, mas que continuam agarrados no inconsciente coletivo do nosso corpo eclesial. Busca-se resgatar: a) a divina Liturgia celebrada, isto é, experimentada como presença libertadora do mistério pascal na própria ação ritual, sufocada que fora por um frio corpo

> doutrinal "sobre" Deus e Seus mistérios; b) a divina Liturgia celebrada como experiência orante por excelência de cada cristão em particular e de todo o povo reunido, fonte primeira e indispensável do verdadeiro espírito cristão, sufocada que fora pelo acúmulo de manifestções piedosas extralitúrgicas e pelo individualismo religioso; c) a divina Liturgia celebrada como escuta, acolhimento, contemplação, admiração, louvor e ação de graças pelas maravilhas operadas por Deus, sobretudo pelo mistério pascal, presente na própria ação ritual, sufocada que fora pelo desesperado esforço meramente humado de "chegar até Deus" e salvar a própria alma.[1]

Diz o Documento de Aparecida:

> Encontramos Jesus Cristo, de modo admirável, na Sagrada Liturgia. Ao vivê-la, celebrando o mistério pascal, os discípulos de Cristo penetram mais nos mistérios do Reino e expressam de modo sacramental sua vocação de discípulos e missionários. A Constituição sobre a Sagrada Liturgia do Vaticano II nos mostra o lugar e a função da liturgia no seguimento de Cristo, na ação missionária dos cristãos, na vida nova em Cristo e na vida de nossos povos n'Ele (DAp 250).

[1] SILVA, José Ariovaldo da. In: *Raízes Históricas e Teológicas da Sacrosanctum Concilium.* Brasília: Edições CNBB, 2013. p.73.

1ª PARTE

•

FRUTOS E PERSPECTIVAS DA REFORMA LITÚRGICA NO BRASIL

No Brasil, o empenho para aplicar o Concílio no contexto de nossa realidade tem sido muito grande, não obstante as dificuldades que encontramos no caminho. Muita coisa bonita vem acontecendo em nossas comunidades eclesiais, em toda parte. A Igreja no Brasil pode se alegrar com os frutos colhidos ao longo desses mais de 50 anos de intensa renovação litúrgica. Frutos e pespectivas se misturam com dificuldades e desafios na longa caminhada da renovação litúrgica no Brasil. Nossa reflexão será iluminada pelos documentos do Magistério da Igreja. Assim, com mais clareza, segurança e determinação, poderemos avançar na estrada aberta pelo Vaticano II:

1. Aplicação da reforma litúrgica do Concílio Vaticano II – Em sua Carta Apostólica sobre a preparação para o Jubileu do ano 2000, o papa São João Paulo II propõe uma séria revisão de vida pessoal e eclesial: "O exame de consciência não pode deixar de incluir também a *recepção do Concílio*, este grande dom do Espírito feito à Igreja quase ao findar do segundo milênio: É vivida a liturgia como 'fonte e cume' da vida eclesial?" (TMA 36). "Muito resta a ser feito para assimilar em nossas celebrações a renovação litúrgica desencadeada pelo Concílio Vaticano II, como para ajudar os fiéis a fazer da celebração eucarística a expressão de seu compromisso pessoal e comunitário com o Senhor. Ainda não se alcançou a plena consciência do que significa a centralidade da liturgia como fonte e cume da vida eclesial.

Persiste a pouca participação da comunidade cristã, e surge quem queira se apropriar da liturgia sem considerar seu verdadeiro sentido eclesial" (cf. SD 43). Lamentavelmente, em muitas situações, continua válida a constatação feita em Puebla: "Sem dúvida, comprovamos que não se deu ainda à pastoral litúrgica a prioridade que lhe corresponde dentro da pastoral de conjunto" (DP 901).

2. Os Ministérios – Muito se tem avançado no Brasil na questão dos ministérios, não apenas litúrgicos, confiados aos cristãos leigos e leigas. "Há forte tendência, hoje, na teologia e na prática pastoral, de considerar ministério, fundamentalmente, o carisma que assume a forma de serviço à comunidade e à sua missão no mundo e na Igreja e que, por esta, é como tal acolhido e reconhecido" (CNBB, Doc. 62, n.83). "Ministério é, antes de tudo, um carisma, ou seja, um Dom do Alto, do Pai, pelo Filho, no Espírito Santo, que torna seu portador apto a desempenhar determinadas atividades, serviços e funções em ordem à salvação." (cf. n.84). Mas só pode ser considerado ministério o carisma que, na comunidade e em vista da missão na Igreja e no mundo, assume a forma de serviço bem determinado, envolvendo um conjunto mais ou menos amplo de funções, que responda a exigências permanentes da comunidade e da missão, seja assumido com estabilidade, comporte verdadeira responsabilidade e seja acolhido e reconhecido pela comunidade eclesial (n.85). "A recepção ou reconhecimento do ministério pela comunidade eclesial é essencial ao ministério, porque o ministério é uma atuação pública e oficial da Igreja, tornando seu portador, num nível maior ou menor, seu representante. Essa 'recepção' ou 'reconhecimento' dos ministérios tem modalidades e graus diversos, dependendo da natureza da função, ou seja, da sua relação com a identidade e a missão da Igreja" (n.86). "Alguns dos ministérios que os leigos e as leigas

exercem são chamados de ministério de **'suplência'**, porque, embora seu exercício não dependa da ordenação, as funções neles implicadas são historicamente consideradas próprias e típicas do ministério ordenado. Portanto, quando os leigos ou leigas as assumem, estão suprindo a falta ou impossibilidade de ministros ordenados."

3. Liturgia e Catequese – No Brasil, de modo geral, tem sido grande o esforço para bem articular a Liturgia e a Catequese. As comissões correspondentes na CNBB vêm se empenhando, há muito tampo, nessa articulação. O Diretório Nacional de Catequese (Doc.84) expressa claramente essa preocupação e traça linhas e orientações para a ação, pois "a catequese está intrinsecamente ligada com toda a ação litúrgica e sacramental" (CT 23). "Suscitar nos catequistas e catequizandos o sentido do valor da celebração litúrgica, da dimensão orante da catequese" é um dos desafios apontados pelo Diretório Nacional da Catequese e propõe "assumir o processo catecumenal como modelo de toda a catequese e, consequentemene, intensificar o uso do *Ritual de Iniciação Cristã de Adultos*" (CNBB, Doc.84, p.33). "Muitas vezes, a praxe catequética apresenta uma ligação fraca e fragmentária com a liturgia: atenção limitada aos símbolos e ritos litúrgicos, pouca valorização das fontes litúrgicas, percursos catequéticos que pouco ou nada têm a ver com o ano litúrgico, presença marginal de celebrações nos itinerários da catequese" (DGC 30). "Para realizar suas tarefas, a catequese se vale de dois grandes meios: a transmissão da mensagem evangélica e a experiência da vida cristã. A educação litúrgica, por exemplo, necessita explicar o que é a liturgia cristã e o que são os sacramentos; porém, deve também fazer experimentar os diversos tipos de celebração, fazer descobrir e amar os símbolos, o sentido dos gestos corporais etc." (DGC 87).

4. A organização da pastoral litúrgica – A Liturgia "não esgota toda a ação da Igreja, mas, promovendo-a, estamos desencadeando o dinamismo de toda atividade eclesial. Coração e cérebro desta pastoral é a Equipe de Pastoral Litúrgica em nível nacional, diocesano e paroquial. Cabe-lhe, com a CNBB, com o bispo ou com o pároco, planejar, nos respectivos campos de ação, a Pastoral Litúrgica, o que será mais eficiente se continuamente pesquisar a situação real dos que celebram, aprofundar sempre mais seu conteúdo teológico, formar agentes e organizar sua ação. Essas equipes, grande anseio do Concílio (cf. SC 44 e 46), nós as estamos organizando de modo lento demais em face às urgências desta pastoral. A grande tarefa destas equipes é dinamizar um processo de formação de todos os participantes da Liturgia, visando, de um lado, que a celebração seja sempre mais expressiva e, de outro lado, o enriquecimento espiritual de todo o povo" (CNBB, Doc.43, n.186-189).

5. O Dia do Senhor – "Perdeu-se para muitos o sentido do 'dia do Senhor' e da consequente exigência eucarística (SD 43)". "No século XX, sobretudo depois do Concílio, a comunidade cristã cresceu muito no modo de celebrar os Sacramentos, sobretudo a Eucaristia. É preciso prosseguir nesta direção dando particular relevo à *Eucaristia dominical* e ao próprio *domingo*, considerado um dia especial de festa, dia do Senhor ressuscitado e do Dom do Espírito, verdadeira Páscoa da semana" (NMI 35). "Núcleo de todo o Ano Litúrgico e ponto de convergência de todos os dias da semana, o domingo espera, urgentemente, mais atenção de nossa pastoral" (CNBB, Doc.43, n.119). "Parece hoje mais necessário que nunca *recuperar as profundas motivações doutrinais* que estão na base do preceito eclesial, para que apareça bem claro a todos os fiéis o valor imprescindível do domingo na vida cristã" (DD 6).

Uma questão que permanece e ainda não encontrou sua justa adequação refere-se aos dias e meses temáticos que sobrecarregam a celebração do Dia do Senhor e interferem no curso do ano litúrgico.

6. Livros e folhetos litúrgicos – Lamentavelmente, em nossos dias, em muitos lugares, os folhetos estão tomando o lugar dos livros litúrgicos. "Os livros, de onde se proclamam as leituras da palavra de Deus, lembram aos fiéis a presença de Deus, que fala a Seu povo. Portanto, é preciso que os próprios livros, que são sinais e símbolos das realidades do alto na ação litúrgica, sejam verdadeiramente dignos, decorosos e belos [...]. Os livros das leituras que se utilizam na celebração, pela dignidade que a palavra de Deus exige, não devem ser substituídos por outros subsídios pastorais, por exemplo, pelos folhetos que se fazem para que os fiéis preparem as leituras ou as meditem pessoalmente" (IGLM 35 e 37). "Todos os livros que são destinados ao uso dos sacerdotes ou dos diáconos na celebração litúrgica devem ser de um tamanho suficientemente grande, para que se possam distinguir dos livros de uso pessoal dos fiéis" (V Instrução – *Liturgiam authenticam*, 120).

7. Missas na TV e "Missas show" – "Assistimos" a celebrações litúrgicas que nem sempre estão de acordo em tudo com a autêntica liturgia e, às vezes, nem com o verdadeiro espírito evangélico. Pior quando são difundidas pelas TVs, incluindo as católicas. Observam-se, por exemplo, presidentes de celebração que chamam atenção da Assembleia mais sobre si mesmos do que sobre o mistério pascal do Senhor. Palmas e choro, emoções e expressões subjetivas entram e dominam muitas celebrações. São modelos comunicativos que mais se parecem com comícios ou shows do que com a liturgia de nossa Igreja. Ainda mais: estilo pre-

sidencial que não manifesta amor para com o povo. Vemos isso quando aquele que preside se coloca acima dos irmãos e irmãs ou quando busca elogios, aplausos ou gratificações[2]. Sem dúvida, o grande desafio que temos, mais de 50 anos após a aprovação da Constituição sobre a Sagrada Liturgia do Vaticano II, é a redescoberta da linguagem própria da liturgia: orante, simbólica e poética.

8. O canto litúrgico – Grandes esforços e importantes iniciativas se têm feito no Brasil no que se refere ao canto litúrgico. Antes mesmo do Concílio Vaticano II, na década de 50, um dos sinais dessa renovação foi a introdução dos Salmos nas melodias de Gelineau. A seguir, vieram os Cursos de Canto Pastoral que renovaram o repertório com cantos com maior sentido litúrgico, especialmente para a celebração da Santa Missa. Com o advento do Concílio, foi-se difundindo o adágio: "Cantar ***a*** Liturgia, e não apenas ***na*** Liturgia". Textos litúrgicos começaram a ser musicados. Destacam-se nesse período os cantos próprios para a Semana Santa e a publicação do Folheto Povo de Deus, com as músicas próprias da missa dominical, conforme o Missal Romano. Grandes compositores foram convidados a participar nesse empreendimento. Foram realizados muitos estudos sobre a música brasileira por grandes especialistas. Os encontros nacionais dos músicos e os cursos do CELMU muito contribuíram para o progresso da música litúrgica em nossa Pátria. Não se pode esquecer o papel desempenhado pelo setor de música da CNBB, a publicação do Hinário da CNBB, bem como o enorme trabalho realizado na publicação e tradução da Liturgia das Horas, com o saltério metrificado, de tal modo que todos os salmos possam ser cantados.

[2] BUCCIOL, Armando. *Graça e Arte de Presidir*. 52ª Assembleia Geral da CNBB, Aparecida, 2014.

Entretanto, a moeda tem dois lados. Lamentavelmente, ao lado desse enorme esforço, surgiu, como geração espontânea, uma avalanche de publicações de cantos para serem cantados nas celebrações litúrgicas, sem a necessária qualidade. Infelizmente, muitos cantos apresentam qualidade medíocre tanto nas letras como nas músicas. Em vez de se cantar os textos bíblicos e litúrgicos, surgiu um vasto repertório com cantos cheios de imprecisões teológicas e doutrinais, além de graves erros gramaticais. Muitos deles com forte teor devocional e intimista. Textos litúrgicos foram substituídos por paráfrases que ignoraram o rico patrimônio da Igreja acumulado ao longo de séculos.

Muitas vezes, o critério para a escolha dos cantos tem sido por mera associação de ideias. Basta que em um canto se encontre a palavra "glória" e ele substitui o hino do *Glória* na Missa. O mesmo acontece com o canto do *Santo, Credo, Cordeiro de Deus* e outros. E, assim, lá se vai embora o rico patrimônio da Igreja e se esvazia o sentido do mistério celebrado na Sagrada Liturgia.

No caso do *Kyrie*, trata-se de um canto em que os fiéis aclamam o Senhor e imploram a Sua misericórdia. É uma aclamação dirigida a Jesus Cristo, e não à Santíssima Trindade. Não substitui o ato penitencial. Porém, quando é cantado como parte do ato penitencial, a cada aclamação antepõe-se uma "invocação" (IGMR 53).

É preciso observar o que diz a Instrução Geral do Missal Romano: "O *Glória* é um hino antiquíssimo e venerável, pelo qual a Igreja, congregada no Espírito Santo, glorifica e suplica a Deus Pai e ao Cordeiro. O texto deste hino não pode ser substituído por outro" (IGMR 53), em geral com estrutura trinitária, o que não corresponde ao texto litúrgico.

Felizmente, quase em toda parte, atualmente se canta (ou reza-se) o Salmo responsorial, após a primeira leitura, em

lugar do assim chamado "canto de meditação", em cumprimento ao que estabelece a Introdução Geral do Missal Romano: "À primeira leitura segue-se o salmo responsorial, que é parte integrante da liturgia da palavra, oferecendo uma grande importância litúrgica e pastoral, por favorecer a meditação da palavra de Deus" (IGMR 61). Entretanto, há lugares onde a antífona é cantada com uma melodia tão difícil e rebuscada, que impede a participação do povo. Aliás, em alguns lugares, parece que o Salmo responsorial se tornou a parte mais importante da missa, pelo modo como é cantado, inclusive oferecendo possibilidade a uma verdadeira exibição de solistas que mais se parecem com cantores de show do que ministros que desempenham um serviço litúrgico.

9. Inculturação – "Ainda não se dá atenção ao processo de uma sã inculturação da liturgia. Isso faz com que as celebrações sejam, para muitos, algo ritualista e privado que não os faz conscientes da presença transformadora de Cristo e de Seu Espírito, nem se traduz em compromisso solidário para a transformação do mundo" (SD 43). Em relação aos indígenas, a Conferência de Santo Domingo propõe: "Promover uma inculturação da liturgia, acolhendo com apreço seus símbolos, ritos e expressões religiosas compatíveis com o claro sentido da fé, mantendo o valor dos símbolos universais e em harmonia com a disciplina geral da Igreja" (SD 248). Em relação aos afro-americanos, a mesma Conferência propõe: "A Igreja na América Latina e no Caribe quer apoiar os povos afro-americanos na defesa de sua identidade e no reconhecimento de seus próprios valores, como também ajudá-los a manter vivos seus usos e costumes compatíveis com a doutrina cristã. Da mesma forma, comprometemo-nos a dedicar especial atenção à causa das comunidades afro-americanas no campo pastoral, favorecendo a manifestação das expres-

sões religiosas próprias de suas culturas" (SD 249). "Temos de promover uma liturgia que, em total fidelidade ao espírito que o Concílio Vaticano II quis recuperar em toda sua pureza, busque, dentro das normas dadas pela Igreja, a adoção das formas, sinais e ações próprios das culturas da América Latina e Caribe. Nesta tarefa, dever-se-á dar uma especial atenção à valorização da piedade popular, que encontra sua expressão especialmente na devoção à Santíssima Virgem, nas peregrinações aos santuários e nas festas religiosas, iluminadas pela Palavra de Deus" (SD 53). Diz o Documento de Aparecida: "A renovação litúrgica acentuou a dimensão celebrativa e festiva da fé cristã centrada no mistério pascal de Cristo Salvador, em particular na Eucaristia. Crescem as manifestações da religiosidade popular, especialmente a piedade eucarística e a devoção mariana. Esforços têm sido realizados para inculturar a liturgia nos povos indígenas e afro-americanos" (DAp 99b).

10. Liturgia e piedade popular – Diz o papa Francisco, na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*: "Quando o Evangelho se inculturou num povo, no seu processo de transmissão cultural também transmite a fé de maneira sempre nova; daí a importância da evangelização entendida como inculturação. Cada porção do povo de Deus, ao traduzir na vida o dom de Deus segundo a sua índole própria, dá testemunho da fé recebida e enriquece-a com novas expressões que falam por si. Pode dizer-se que 'o povo se evangeliza continuamente a si mesmo'. Aqui ganha importância a piedade popular, verdadeira expressão da atividade missionária espontânea do povo de Deus. Trata-se de uma realidade em permanente desenvolvimento, cujo protagonista é o Espírito Santo" (EG 122). Ensina-nos Paulo VI, na Exortação Apostólica *Marialis Cultus*: "Importa ordenar as práticas de piedade tendo em

conta os tempos litúrgicos, de maneira que se harmonizem com a sagrada Liturgia, de certo modo derivem dela, e a ela, que por sua natureza lhes é muito superior, conduzam o povo cristão" (SC 13). Aqui neste ponto, queremos fazer alusão a duas atitudes que poderiam, eventualmente, tornar vã, na prática pastoral, a sobredita norma do Concílio Vaticano II: em primeiro lugar, a atitude de alguns a quem está confiada a cura de almas, que, aprioristicamente, desprezam os exercícios de piedade, se bem que recomendados pelo Magistério quando feitos na forma devida; e, por isso, transcuram-nos e criam um vazio que não providenciam preencher de nenhuma maneira. Ora, estes que assim procedem esquecem que o Concílio diz que se harmonizem os exercícios de piedade com a Liturgia, e não que se suprimam simplesmente. Em segundo lugar, lembramos a atitude daqueles que, à margem de um são critério litúrgico e pastoral, misturam ao mesmo tempo exercícios piedosos e atos litúrgicos, em celebrações híbridas. Acontece, algumas vezes, que na própria celebração do Sacrifício Eucarístico são inseridos elementos que fazem parte de novenas ou de outras práticas piedosas, com o perigo de o Memorial do Senhor não constituir o momento culminante do encontro da comunidade cristã, mas ser como que a ocasião para algumas práticas devocionais. Àqueles que assim procedem quereríamos recordar que a norma conciliar prescreve que se harmonizem os piedosos exercícios com a Liturgia, e não que se confundam com ela. Uma ação pastoral esclarecida, pois, deve, por um lado, saber distinguir e acentuar a natureza própria dos atos litúrgicos; e, por outro lado, saber valorizar os piedosos exercícios, para adaptá-los às necessidades de cada uma das comunidades eclesiais e torná-los preciosos auxiliares da mesma Liturgia (MaC 31). O Documento de Aparecida apresenta a *piedade popular*

como lugar de encontro com Jesus Cristo (6.1.3) e diz: O Santo Padre Bento XVI destacou a "rica e profunda religiosidade popular, na qual aparece a alma dos povos latino-americanos", e a apresentou como "o precioso tesouro da Igreja Católica na América Latina". Convidou a promovê-la e a protegê-la. Essa maneira de expressar a fé está presente de diversas formas em todos os setores sociais, em uma multidão que merece nosso respeito e carinho, porque sua piedade "reflete uma sede de Deus que somente os pobres e simples podem conhecer". A "religião do povo latino-americano é expressão da fé católica. É um catolicismo popular, profundamente inculturado, que contém a dimensão mais valiosa da cultura latino-americana" (DAp 258).

2ª PARTE

DESAFIOS À DIMENSÃO LITÚRGICO-CELEBRATIVA

1. A ARTE DE CELEBRAR

Lamentavelmente, "ainda não se assimilou satisfatoriamente o espírito da reforma do Concílio Vaticano II. O espírito da reforma não penetrou ainda no sangue, na mente, no coração, no corpo dos agentes das celebrações.

Resultado: os atores das celebrações litúrgicas (mormente na Missa), sobretudo os principais, não estão qualificados como pessoas de fato orantes em seu agir ritual, continuam a repetir padrões antigos e não conseguem contribuir para a formação e animação de discípulos e missionários de Jesus Cristo a partir da liturgia. Pelo contrário, enfadam os

participantes das assembleias, que, aos poucos, buscam outros ambientes mais 'convincentes' que não a liturgia: nas seitas e em manifestaçõpes piedosas, mesmo dentro da Igreja Católica, testemunhando inclusive que aí, de fato, 'encotraram Jesus, tiveram uma experiência de Deus'. No meu entender, em grande parte, o êxodo dos católicos é motivado pelo não convencimento dos principais atores em seu agir nas celebrações litúrgicas"[3].

No Sínodo sobre a Eucaristia, "foi várias vezes recomendada a necessidade de superar toda e qualquer separação entre a arte da celebração (*ars celebrandi*, isto é, a arte de celebrar retamente) e a participação plena, ativa e frutuosa de todos os fiéis: com efeito, o primeiro modo de favorecer a participação do povo de Deus no rito sagrado é a condigna celebração deste; a arte da celebração é a melhor condição para a participação ativa (*actuosa participatio*). Aquela resulta da fiel obediência às normas litúrgicas na sua integridade, pois é precisamente este modo de celebrar que, há dois mil anos, garante a vida de fé de todos os crentes, chamados a viver a celebração enquanto povo de Deus, sacerdócio real, nação santa" (1 Pd 2,4-5.9 — SaCa 38).

"A *arte de celebrar* consiste no fato de *celebrar com arte.*"[4] "A arte de celebrar consistirá, antes de tudo, em ordenar os elementos visíveis, audíveis, tocáveis, gustativos, odoríferos, que constituem a celebração e permitem que se manifeste o invisível da fé e da graça. A arte de celebrar consistirá em ordenar os movimentos, as atitudes, as posturas, as palavras, os gestos, as leituras e os cantos; e, ainda: na capacidade de intervir nos

[3] SILVA, José Ariovaldo da. op. cit. p.78.

[4] Centro Nacional de Pastoral Litúrgica. *A Arte de Celebrar: Guia Pastoral.* Col. Vida e Liturgia da Igreja, vol. 3. Brasília: Ed. CNBB, 2015. p.17.

tempos e nos espaços adequados, no tom justo da comunicação, em coerência com o que precede e o que segue e em correspondência entre o que será feito e o que será dito."[5]

Por outro lado, é preciso estar atento para não cair em outro extremo: da simplicidade na liturgia "podem derivar dois riscos que ameaçam particularmente a celebração cristã. Por um lado, o *esoterismo*, que confina com a magia: a tendência de achar que o que menos se compreende daquilo que se diz e se faz mais se aproxima do mistério. Por outro lado, a rotina e o automatismo, que levam a não mais viver o que se diz e se faz e dão lugar a um formalismo vazio, ora de rubricas, ora mecânico e banalizado. Essas derivações são inimigas mortais da arte de celebrar, assim como de todas as artes em geral. É na medida em que os gestos, palavras e objetos passam a ter significado e são realizados com seriedade que os ritos cristãos podem suscitar uma participação plena, consciente, ativa, interior e exterior dos fiéis" (cf. SC 14, 19 e 21)[6].

1.1. A presidência

Cristo está sempre presente em Sua Igreja, especialmente nas ações litúrgicas. Está presente no sacrifício da Missa, quer na pessoa do ministro — "O que se oferece agora pelo ministério sacerdotal é o mesmo que se ofereceu na Cruz" —, quer, sobretudo, sob as espécies eucarísticas. Está presente com o seu dinamismo nos Sacramentos, de modo que, quando alguém batiza, é o próprio Cristo quem batiza (cf. SC 7). A dignidade de presidir está no fato de que quem preside o faz *in persona Christi*.

[5] Id., p.18.
[6] Id., p.21.

Quem preside ocupará o primeiro lugar, mas sabendo que é o lugar do Mestre que lava os pés de Seus discípulos. Ao presidir a celebração, Ele fará de modo que cada um tenha o papel que lhe compete. O presidente representa Cristo, "chefe do corpo que é a Igreja" (cf. Cl 1,18) e, se foi ordenado, O representa sacramentalmente[7].

Na Assembleia Geral da CNBB, em 2014, Dom Armando Bucciol, Bispo de Livramento de Nossa Senhora-BA e Presidente da Comissão Episcopal para a Liturgia, fez uma colocação intitulada *Graça e Arte de Presidir*, da qual destaco os seguintes tópicos: "Presidir uma celebração litúrgica é, antes de tudo, uma questão de fé; mas exige diferentes cuidados e competências, de tal forma que podemos dizer que é também uma questão de *arte*. Por isso, falamos da ***arte de presidir***.

Quem preside a Eucaristia deve conhecer os passos que conduzem a uma autêntica experiência de fé para orientar a Comunidade inteira. Esta é a verdadeira *mistagogia*, que, desde os Padres da Igreja, pertence à alma mais íntima da iniciação cristã. A *arte de presidir* comporta não só habilidade técnica! Pede competência teológica e consciência do valor salvífico daquilo que se celebra; conhecimento das regras da linguagem simbólica e capacidade para usar as modalidades expressivas da comunicação! Um critério importante nos é dado pela Exortação *Sacramentum Caritatis*: 'A simplicidade dos gestos e a sobriedade dos sinais, situados na ordem e nos momentos previstos, comunicam e cativam mais do que o artificialismo de adições inoportunas' (SaCa 40).

Para isso, a pessoa deve ter capacidades quase inatas: por exemplo, para proclamar um texto, exige-se comportamento e

[7] Id., op. cit., p.117.

gestos espontâneos e sóbrios, a voz flexível e cativante, o olhar expressivo, a capacidade — intuição de adaptar à realidade de cada Assembleia orante, gosto pelo belo, senso do ritmo e da música etc. Destacamos a atitude de quem exerce o ministério da presidência: ser instrumento, e não protagonista (= 'primeiro ator'). Por isso, ele deve esquivar-se de chamar atenção sobre si, para não se tornar empecilho ao encontro com o Senhor. As pessoas que prestam serviço na celebração são chamadas de *ministros*, isto é, servidores do Senhor e da Assembleia. Então, em seus gestos e palavras, deve transparecer a presença do Ressuscitado. O que se observa da postura de quem preside vale de maneira especial na Oração Eucarística que deve ser proferida 'em voz alta e distinta' (IGMR 38). De fato, todos os textos — observa sempre a IGMR — precisam ser proferidos de modo que 'a voz corresponda ao gênero do próprio texto', como também à forma de celebração e à solenidade da Assembleia, levando em conta a índole das diversas línguas e o gênio dos povos. Por isso, eis algumas observações: A **oração do dia** (coleta) deve ser feita de forma verdadeiramente orante: após alguns momentos de silêncio, deve-se pronunciá-la sem cantilena, sem pressa, de tal maneira que a assembleia possa seguir as palavras e unir-se à mesma oração[8]. A Oração Eucarística pede um tom pacato, com breves pausas, com voz serena e intensa, modulada segundo as diferentes partes. As epícleses, por exemplo, são de tipo invocativo, o relato da instituição é narrativo, a anamnese é de caráter evocativo, a doxologia é aclamatória. Numa palavra, o Presidente deve dar as cores ao texto, interpretá-lo, sendo e sentindo-se *guia orante* da Assembleia, tornando-se voz de Cristo e da Igreja, e não frio 'pronunciador' de palavras"[9].

---

[8] Cf. BIANCHI, Enzo. *Presbíteros – Palavra e Liturgia.* São Paulo: Paulus, 2016. p.18.

[9] BUCCIOL, Armando. *Graça e Arte de Presidir.* 52ª Assembleia Geral

Quem preside não pode se comportar como um apresentador de TV, nem o leitor proceder como um ator de teatro, nem o cantor como uma vedete, nem o animador do canto como um regente de orquestra[10].

Na liturgia, há sempre um mistagogo: com poucas palavras, deve-se saber como introduzir o sentido dos sinais e das ações praticadas. Mais do que tudo, devem se tornar eloquentes os sinais e ações. Por meio da mistagogia, os fiéis são educados a ser sensíveis diante da linguagem dos sinais, e, assim, através dos mistérios celebrados são conduzidos ao mistério revelado[11]. A figura do "animador" que se introduziu em muitos lugares mata inteiramente a figura do mistagogo. Em vez de introduzir na celebração do mistério, o "animador" se transforma em uma espécie de "animador" de programa de auditório como se vê na televisão.

1.2. A assembleia

"Cristo está sempre presente em Sua Igreja, especialmente nas ações litúrgicas [...]. Está presente quando a Igreja reza e canta; Ele prometeu: 'Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, eu estou no meio deles' (Mt 18,20)" (cf. SC 7).

Os gestos e posições do corpo tanto do sacerdote, do diácono e dos ministros como do povo devem contribuir para que toda a celebração resplandeça pelo decoro e nobre simplicidade, se compreenda a verdadeira e plena significação de suas diversas partes e se favoreça a participação de todos (IGMR 42).

---

da CNBB, Aparecida, 2014.

[10] Centro Nacional de Pastoral Litúrgica. op. cit. p. 106.

[11] Cf. BIANCHI. Enzo. op. cit. p.10.

Liturgia é a celebração do Mistério Pascal realizada pelo Povo de Deus: a **participação da assembleia**, como exercício do novo sacerdócio, *com Cristo, por Cristo e em Cristo*, é de fundamental importância e constitui valor primordial. "O povo de Deus, que se reúne para a Missa, constitui uma assembleia orgânica e hierárquica que se exprime pela diversidade de funções e ações, conforme cada parte da celebração. Por isso, convém que a disposição geral do edifício sagrado seja tal que ofereça uma imagem da assembleia reunida, permita uma conveniente disposição de todas as coisas e favoreça a cada um exercer corretamente a sua função [...]. Tudo isso, além de exprimir a ordenação hierárquica e a diversidade das funções, deve constituir uma unidade íntima e coerente pela qual se manifeste com evidência a unidade de todo o povo de Deus" (IGMR 294).

1.2.1. O canto e a música

O canto, a música, o silêncio e a dança "auxiliam nossa prece, reforçando a palavra que ouvimos [...]. E até mesmo a simples modulação da voz pode expressar nossa alegria, nossa confiança ou nossa dor. Nosso corpo, sensível e dócil ao movimento, é uma fonte inesgotável de expressão. Por isso, na liturgia têm importância os gestos, as posturas, as caminhadas e a dança" (CNBB, Doc.43, n.82 e 83).

Diz o papa Bento XVI, na Exortação Apostólica *Sacramentum Caritatis*:

> Na arte da celebração, ocupa lugar de destaque o canto litúrgico. Com razão afirma Santo Agostinho, num famoso sermão: "O homem novo conhece o cântico novo. O cântico é uma manifestação de alegria e, se considerarmos

> melhor, um sinal de amor". O povo de Deus, reunido para a celebração, canta os louvores de Deus. Na sua história bimilenária, a Igreja criou, e continua a criar, música e cânticos que constituem um patrimônio de fé e amor que não se deve perder. Verdadeiramente, em liturgia, não podemos dizer que tanto vale um cântico como outro; a propósito, é necessário evitar a improvisação genérica ou a introdução de gêneros musicais que não respeitem o sentido da liturgia. Enquanto elemento litúrgico, o canto deve integrar-se na forma própria da celebração; consequentemente, tudo — no texto, na melodia, na execução — deve corresponder ao sentido do mistério celebrado, às várias partes do rito e aos diferentes tempos litúrgicos. Enfim, embora tendo em conta as distintas orientações e as diferentes e amplamente louváveis tradições, desejo — como foi pedido pelos padres sinodais — que se valorize adequadamente o canto gregoriano, como canto próprio da liturgia romana (SaCa 42).

1.2.2. Os instrumentos musicais

"Podem utilizar-se no culto divino outros instrumentos, segundo o parecer e com o consentimento da autoridade territorial competente, conforme o estabelecido nos art. 22 § 2, 37 e 40, contanto que esses instrumentos estejam adaptados ou sejam adaptáveis ao uso sacro, não desdigam da dignidade do templo e favoreçam realmente a edificação dos fiéis" (SC 120). É o caso de perguntar se, de modo geral, as bandas que animam nossas celebrações preenchem esses requisitos fundamentais.

1.2.3. O silêncio

Oportunamente, como parte da celebração, deve-se observar o silêncio sagrado. A sua natureza depende do momento em que ocorre em cada celebração. Assim, no ato penitencial e após o convite à oração, cada fiel se recolhe; após uma leitura ou a homilia, meditam brevemente o que ouviram; após a comunhão, enfim, louvam e rezam a Deus no íntimo do coração. Convém que já antes da própria celebração se conserve o silêncio na igreja, na sacristia, na secretaria e mesmo nos lugares mais próximos, para que todos se disponham devota e devidamente para realizarem os sagrados mistérios (IGMR 45).

1.3. O Ano Litúrgico

O Capítulo V da *Sacrosanctum Concilium* é dedicado ao Ano Litúrgico: "A santa mãe Igreja considera seu dever celebrar, em determinados dias do ano, a memória sagrada da obra de salvação do seu divino Esposo. Em cada semana, no dia a que chamou domingo, celebra a Ressurreição do Senhor, como a celebra também uma vez no ano na Páscoa, a maior das solenidades, unida à memória da sua Paixão. Distribui todo o mistério de Cristo pelo correr do ano, da Encarnação e Nascimento à Ascensão, ao Pentecostes, à expectativa da feliz esperança e da vinda do Senhor. Com esta recordação dos mistérios da Redenção, a Igreja oferece aos fiéis as riquezas das obras e merecimentos do seu Senhor, a ponto de torná-los como que presentes a todo o tempo, para que os fiéis, em contato com eles, se encham de graça" (SC 102).

"Na celebração deste ciclo anual dos mistérios de Cristo, a santa Igreja venera com especial amor, porque indissoluvelmente unida à obra de salvação do seu Filho, a Bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, em quem vê e exalta o mais excelso fruto da Redenção, em quem contempla, qual imagem puríssima, o que ela, toda ela, com alegria deseja e espera ser" (SC 103).

"A Igreja inseriu também no ciclo anual a memória dos Mártires e outros Santos, os quais, tendo pela graça multiforme de Deus atingido a perfeição e alcançado a salvação eterna, cantam hoje a Deus no céu o louvor perfeito e intercedem por nós. Ao celebrar o *'dies natalis'* (dia da morte) dos Santos, proclama o mistério pascal realizado na paixão e glorificação deles com Cristo, propõe aos fiéis os seus exemplos, que conduzem os homens ao Pai por Cristo, e implora pelos seus méritos as bênçãos de Deus" (SC 104).

"Por tradição apostólica, que nasceu do próprio dia da Ressurreição de Cristo, a Igreja celebra o mistério pascal todos os oito dias, no dia que bem se denomina dia do Senhor ou domingo. Neste dia, devem os fiéis reunir-se para participarem na Eucaristia e ouvirem a palavra de Deus, e assim recordarem a Paixão, Ressurreição e glória do Senhor Jesus e darem graças a Deus, que os 'regenerou para uma esperança viva pela Ressurreição de Jesus Cristo de entre os mortos' (1 Pd 1,3). O domingo é, pois, o principal dia de festa a propor e inculcar no espírito dos fiéis; seja também o dia da alegria e do repouso. Não deve ser sacrificado a outras celebrações que não sejam de máxima importância, porque o domingo é o fundamento e o centro de todo o ano litúrgico" (SC 106).

1.4. O espaço celebrativo

1.4.1. O templo

"O templo é sinal da presença e ação salvífica do Pai; é imagem do Corpo Místico de Cristo, único e verdadeiro templo, construído com pedras vivas para oferecer sacrifícios novos (cf. Jo 2,19 e 21). O próprio Deus consente que nossos edifícios sejam sua casa, pois nesse espaço Ele nos dá a vivenciar a Sua união conosco e a união fraterna entre nós. Por isso, a igreja-edifício é sinal também da Igreja-Comunidade. Assim, este edifício não é uma construção qualquer: é sinal da Igreja peregrina, é imagem da Igreja celeste. A Igreja, como família de Deus, precisa de uma casa para reunir-se, dialogar, viver na alegria e na comum união os grandes momentos de sua vida religiosa" (cf. CNBB, Doc.43, n.139, 140 e 141). "Como pede sua natureza, a igreja terá de ser adequada às celebrações sacras, bela, resplandecente de nobre formosura, e não de mera suntuosidade, e verdadeiramente sinal e símbolo das realidades celestes. A disposição geral do edifício deve manifestar de algum modo a imagem do povo reunido e permitir uma ordem inteligente, bem como a possibilidade de se exercerem com decoro os diversos ministérios" (RDI 3).

"A ornamentação da igreja deve visar mais à nobre simplicidade do que à pompa. Na escolha dessa ornamentação, cuide-se da autenticidade dos materiais e procure-se assegurar a educação dos fiéis e a dignidade de todo o local sagrado" (IGMR 292).

1.4.2. O altar

"O altar, onde se torna presente o sacrifício da cruz sob os sinais sacramentais, é também a mesa do Senhor na qual o povo de Deus é convidado a participar por meio da Missa; é ainda o centro da ação de graças que se realiza pela Eucaristia" (IGMR 296).

"O altar cristão é, por natureza, a mesa própria do sacrifício e do banquete pascal: é a ara própria, onde o sacrifício da cruz se perpetua sacramentalmente pelos séculos até que Cristo venha; é a mesa onde os filhos e filhas da Igreja se congregam para dar graças a Deus e receber o Corpo e Sangue de Cristo" (PR, p. 481).

"O altar seja construído afastado da parede, a fim de ser facilmente circundado e nele se possa celebrar de frente para o povo, o que convém fazer em toda parte onde for possível. O altar ocupe um lugar que seja de fato o centro para onde espontaneamente se volte a atenção de toda a assembleia dos fiéis. Normalmente seja fixo e dedicado" (IGMR 299).

"Sobre a mesa do altar podem ser colocadas somente aquelas coisas que se requerem para a celebração da Missa, ou seja: o Evangeliário, do início da celebração até a proclamação do Evangelho; desde a apresentação das oferendas até a purificação dos vasos sagrados, o cálice com a patena, o cibório, se necessário, e, finalmente, o corporal, o purificatório, a pala e o missal" (IGMR 306).

"Os castiçais requeridos pelas ações litúrgicas para manifestarem a reverência e o caráter festivo da celebração (cf. n. 117) sejam colocados, como parecer melhor, sobre o altar ou junto dele, levando em conta as proporções do altar e do presbitério, de modo a formarem um conjunto harmonioso e

que não impeça os fiéis de verem aquilo que se realiza ou se coloca sobre o altar" (IGMR 307).

"Haja também sobre o altar ou perto dele uma cruz com a imagem do Cristo crucificado que seja bem visível para o povo reunido. Convém que tal cruz que serve para recordar aos fiéis a paixão salutar do Senhor permaneça junto ao altar também fora das celebrações litúrgicas" (IGMR 308).

1.4.3. O ambão

"A dignidade da palavra de Deus requer na igreja um lugar condigno de onde possa ser anunciada e para onde se volte espontaneamente a atenção dos fiéis no momento da liturgia da Palavra. De modo geral, convém que esse lugar seja uma estrutura estável, e não uma simples estante móvel. O ambão seja disposto de tal modo em relação à forma da igreja que os ministros ordenados e os leitores possam ser vistos e ouvidos facilmente pelos fiéis. Do ambão são proferidas somente as leituras, o salmo responsorial e o precônio pascal; também se podem proferir a homilia e as intenções da oração universal ou oração dos fiéis. A dignidade do ambão exige que a ele suba somente o ministro da palavra" (IGMR 309).

1.4.4. A sede presidencial

"A cadeira do sacerdote celebrante deve manifestar a sua função de presidir a assembleia e dirigir a oração. Por isso, o seu lugar mais apropriado é de frente para o povo no fundo do presbitério, a não ser que a estrutura do edifício sagrado ou outras circunstâncias o impeçam, por exemplo, se a demasiada distância torna difícil a comunicação entre o sacerdote e a

assembleia, ou se o tabernáculo ocupar o centro do presbitério atrás do altar. Evite-se toda espécie de trono. Disponham-se também no presbitério cadeiras para os sacerdotes concelebrantes, bem como para presbíteros que, revestidos de veste coral, participem da celebração, sem que concelebrem. A cadeira para o diácono esteja junto da cadeira do celebrante. Para os demais ministros, as cadeiras sejam dispostas de modo que se distingam claramente das cadeiras do clero e eles possam exercer com facilidade a função que lhes é confiada" (IGMR 310).

A cadeira presidencial não só é o local no qual o presidente se senta, especialmente no momento das leituras, mas é também o local no qual abre e conclui a celebração, preside a Liturgia da Palavra, profere a oração coleta, escuta as leituras, faz a profissão de fé e a oração universal. Retorna à cadeira após a comunhão para os ritos finais[12].

1.4.5. O tabernáculo

"De acordo com a estrutura de cada igreja e os legítimos costumes locais, o Santíssimo Sacramento seja conservado num tabernáculo, colocado em lugar de honra da igreja, suficientemente amplo, visível, devidamente decorado e que favoreça a oração. Normalmente o tabernáculo seja um único, inamovível, feito de material sólido e inviolável não transparente e fechado de tal modo que se evite ao máximo o perigo de profanação" (IGMR 314).

Em razão do sinal, é mais conveniente que no altar em que se celebra a Missa não haja tabernáculo onde se conserva a Santíssima Eucaristia. É preferível, pois, a juízo do Bispo diocesano, colocar o tabernáculo:

[12] Id., op. cit., p.118.

a) no presbitério, fora do altar da celebração, na forma e no lugar mais convenientes, não estando excluído o altar antigo que não mais é usado para a celebração (IGMR 306);

b) ou também em uma capela apropriada para a adoração e oração privada dos fiéis, que esteja organicamente ligada com a igreja e visível aos fiéis (IGMR 315).

1.4.6. O batistério

O Ritual do Batismo, nas Observações Preliminares Gerais, número 25, estabelece: "O batistério, ou lugar onde a fonte batismal jorra água ou está colocada, seja destinado exclusivamente para o rito do batismo, um lugar digno, onde renascem os cristãos pela água e pelo Espírito Santo. Quer esteja situado em alguma capela dentro ou fora do recinto da igreja, quer em alguma outra parte da igreja, à vista dos fiéis, deve ter tal amplitude que possa conter o maior número possível de pessoas presentes. Encerrado o tempo da Páscoa, é conveniente conservar-se o círio pascal em lugar de honra dentro do batistério, de maneira que nele se possam com facilidade acender as velas dos batizandos na celebração do batismo".

Sua colocação à entrada do templo sublinha o ingresso mediante o Batismo na família dos filhos de Deus. A dignidade restituída a esse local sublinha a importância. Tudo deve concorrer para fazer desse espaço um autêntico lugar de iniciação e um "átrio simbólico" para quem entra na igreja. Esse deve ser um espaço de memória do Batismo para todos os cristãos[13].

[13] Id., op. cit., p.83.

1.4.7. O confessionário

O Ritual da Penitência, em sua Introdução Geral (nº 12), estabelece que "o sacramento da Penitência, a não ser por justa causa, normalmente deve ser celebrado na igreja ou oratório". Na 14ª Assembleia Geral da CNBB, ficou aprovado em votação que "o local normal para ouvir confissões seja o confessionário tradicional ou outro recinto apropriado. Seja, no entanto, providenciado um local discreto, anexo ao corpo da própria igreja e de fácil acesso, para que os fiéis, ao entrarem e saírem do templo, possam ver claramente o 'recinto apropriado' ou uma clara indicação deste e assim se sintam convidados à prática do sacramento".

1.4.8. A sacristia

Embora não seja propriamente um espaço celebrativo, a sacristia é como um pórtico que lhe dá acesso. Com frequência, a sacristia é um lugar de desordem, conversa e, às vezes, se parece mais com um depósito onde tudo está amontoado. A sacristia deveria ser o lugar que dá acesso ao mistério. Por isso, deveria ser lugar de silêncio e oração, onde se cria um clima propício para que o sacerdote, os diáconos e os ministros tomem consciência do que vão celebrar. O ministro deveria se paramentar em oração. Nesse momento, ele precisa se conscientizar do que vai celebrar.

Quem vai presidir precisa cada vez reaviar em si a consciência de que vai presidir a celebração dos santos mistérios, *in persona Christi*[14].

[14] Cf. BIANCHI, Enzo. op. cit., p.11.

1.5. Os vasos sagrados

"Entre as coisas necessárias para a celebração da Missa, honram-se especialmente os vasos sagrados e, entre eles, o cálice e a patena, onde se oferecem, consagram e consomem o vinho e o pão" (IGMR 327).

"Os vasos sagrados sejam feitos de metal nobre. Se forem de metal oxidável ou menos nobres do que o ouro, sejam normalmente dourados por dentro" (IGMR 328).

"A juízo da Conferência dos Bispos, com aprovação da Sé Apostólica, os vasos sagrados podem ser feitos também de outros materiais sólidos e considerados nobres em cada região, por exemplo, o ébano ou outras madeiras mais duras, contanto que convenham ao uso sagrado. Neste caso, prefiram-se sempre materiais que não se quebrem nem se alterem facilmente. Isso vale para todos os vasos destinados a receber as hóstias como patena, cibório, teca, ostensório e outros do gênero" (IGMR 329).

"Os cálices e outros vasos destinados a receber o Sangue do Senhor tenham a copa feita de matéria que não absorva líquidos. O pé pode ser feito de outro material sólido e digno" (IGMR 330).

"Para consagrar as hóstias, é conveniente usar uma patena de maior dimensão, onde se coloca o pão tanto para o sacerdote e o diácono como para os demais ministros e fiéis" (IGMR 331).

"Quanto à forma dos vasos sagrados, o artista tem a liberdade de confeccioná-los de acordo com os costumes de cada região, contanto que se coadunem com o uso litúrgico a que são destinados e se distingam claramente daqueles destinados ao uso cotidiano" (IGMR 332).

1.6. As vestes litúrgicas

Do ponto de vista antropológico, a roupa possui um sentido que não é somente utilitário. A roupa é simbólica: serve para dar significado àquele que a veste e aos que o veem. Esse significado é ulteriormente reforçado no caso de roupas de funções, uniformes, togas e vestes "litúrgicas" nas diversas religiões.

As vestes litúrgicas devem manifestar diante da assembleia que o ministro é um "sinal", um ícone de Cristo. Por isso, as vestes devem apresentar-se belas, limpas, dignas, mas não luxuosas, refinadas e extravagantes. As cores litúrgicas indicam o tempo ou a festa que se está celebrando[15].

"Na Igreja, que é o Corpo de Cristo, nem todos os membros desempenham a mesma função. Esta diversidade de funções na celebração da Eucaristia manifesta-se exteriormente pela diversidade das vestes sagradas, que por isso devem ser um sinal da função de cada ministro. Importa que as próprias vestes sacras contribuam também para a beleza da ação sagrada" (IGMR 335).

"Os acólitos, os leitores e os outros ministros leigos podem trajar alva ou outra veste legitimamente aprovada pela Conferência dos Bispos em cada região" (IGMR 339). Jaleco não é veste litúrgica, e sim roupa para desempenhar algumas tarefas ou determinadas atividades (balconista, laboratorista, enfermeiro e outros).

"Convém que a beleza e nobreza de cada vestimenta decorram não tanto da multiplicidade de ornatos, mas do tecido usado e da forma" (IGMR 344).

---

[15] Id., p.12.

1.7. Iconografia e arte na liturgia

É preciso que se dê especial atenção aos elementos decorativos e iconográficos (pinturas, vitrais, estátuas etc.), a fim de que o templo manifeste o mistério expresso de maneira bela, sóbria e artística. Na Exortação Apostólica *Sacramentum Caritatis*, diz Bento XVI: "A profunda ligação entre a beleza e a liturgia deve levar-nos a considerar atentamente todas as expressões artísticas colocadas ao serviço da celebração. Um componente importante da arte sacra é, sem dúvida, *a arquitetura* das igrejas, nas quais há de sobressair a coerência entre os elementos próprios do presbitério: altar, crucifixo, sacrário, ambão, cadeira. A este respeito, tenha-se presente que a finalidade da arquitetura sacra é oferecer à Igreja que celebra os mistérios de fé, especialmente a Eucaristia, o espaço mais idôneo para uma condigna realização da sua ação litúrgica; de fato, a natureza do templo cristão define-se precisamente pela ação litúrgica, a qual implica a reunião dos fiéis (*ecclesia*), que são as pedras vivas do templo (1 Pd 2,5)" (SCa 41).

"O mesmo princípio vale para toda a arte sacra em geral, especialmente para a pintura e a escultura, devendo a iconografia religiosa ser orientada para a mistagogia sacramental. Um conhecimento profundo das formas que a arte sacra conseguiu produzir, ao longo dos séculos, pode ser de grande ajuda para quem tenha a responsabilidade de chamar arquitetos e artistas para lhes comissionar obras de arte destinadas à ação litúrgica; por isso, é indispensável que, na formação dos seminaristas e dos sacerdotes, se inclua, entre as disciplinas importantes, a História da Arte

com especial referimento aos edifícios de culto à luz das normas litúrgicas. Enfim, é necessário que, em tudo quanto tenha a ver com a Eucaristia, haja gosto pela beleza; dever-se-á ter respeito e cuidado também pelos paramentos, as alfaias, os vasos sagrados, para que, interligados de forma orgânica e ordenada, alimentem o enlevo pelo mistério de Deus, manifestem a unidade da fé e reforcem a devoção" (SaCa 125).

"Segundo antiquíssima tradição da Igreja, as imagens do Senhor, da Bem-Aventurada Virgem Maria e dos Santos sejam legitimamente apresentadas à veneração dos fiéis nos edifícios sagrados e sejam aí dispostas, de modo que conduzam os fiéis aos mistérios da fé que ali se celebram [...]. De modo geral, procure-se na ornamentação e disposição da igreja, quanto às imagens, favorecer a piedade de toda a comunidade e a beleza e a dignidade das imagens" (IGMR 318).

2. A HOMILIA

2.1. A homilia na celebração litúrgica

Embora a palavra divina contida nas leituras da Sagrada Escritura se dirija a todos os homens de qualquer época e seja entendida por eles, a sua mais plena compreensão e eficácia são aumentadas pela exposição viva, isto é, a homilia, que é parte da ação litúrgica (IGMR 29).

Na Exortação Apostólica *Sacramentum Caritatis*, diz Bento XVI: "Pensando na importância da palavra de Deus, surge a necessidade de melhorar a qualidade da homilia;

de fato, esta 'constitui parte integrante da ação litúrgica', cuja função é favorecer uma compreensão e eficácia mais ampla da palavra de Deus na vida dos fiéis [...]. Evitem-se homilias genéricas ou abstratas; de modo particular, peço aos ministros para fazerem com que a homilia coloque a palavra de Deus proclamada em estreita relação com a celebração sacramental e com a vida da comunidade, de tal modo que a palavra de Deus seja realmente apoio e vida da Igreja" (SCa 46).

Na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, o papa Francisco desenvolve amplamente esse tema, cuja breve síntese aqui apresentamos:

> 135. Consideremos agora a pregação dentro da Liturgia, que requer uma séria avaliação por parte dos Pastores. Deter-me-ei particularmente, e até com certa meticulosidade, na homilia e sua preparação, porque são muitas as reclamações relacionadas com este ministério importante, e não podemos fechar os ouvidos.

O contexto litúrgico

> 137. É oportuno recordar que "a proclamação litúrgica da Palavra de Deus, principalmente no contexto da assembleia eucarística, não é tanto um momento de meditação e de catequese, mas, sobretudo, de diálogo de Deus com o Seu povo".
>
> 138. A homilia não pode ser um espetáculo de divertimento, não corresponde à lógica dos recursos midiáticos, mas deve dar fervor e significado à celebração. É um gênero peculiar, já que se trata de uma pregação no quadro de uma celebração *litúrgica*; por conseguinte, deve ser breve

e evitar que se pareça com uma conferência ou uma aula. Se a homilia se prolonga demasiadamente, lesa duas características da celebração litúrgica: a harmonia entre as suas partes e o seu ritmo.

A conversa da mãe

139. A Igreja é mãe e prega ao povo como uma mãe fala ao seu filho, sabendo que o filho tem confiança de que tudo o que se lhe ensina é para seu bem, porque se sente amado. O Espírito que inspirou os Evangelhos e atua no povo de Deus inspira também como se deve escutar a fé do povo e como se deve pregar em cada Eucaristia.

Palavras que abrasam os corações

142. A pregação puramente moralista ou doutrinadora e também a que se transforma em uma lição de exegese reduzem esta comunicação entre os corações que se verifica na homilia e que deve ter um caráter quase sacramental: "A fé surge da pregação, e a pregação surge pela palavra de Cristo" (Rm 10,17).

143. O desafio de uma pregação inculturada consiste em transmitir a síntese da mensagem evangélica, e não ideias ou valores soltos. Onde está a tua síntese, ali está o teu coração.

2.2. A preparação da pregação

145. A preparação da pregação é uma tarefa tão importante, que convém dedicar-lhe um tempo longo de estudo,

oração, reflexão e criatividade pastoral. Um pregador que não se prepara não é "espiritual": é desonesto e irresponsável quanto aos dons que recebeu.

O culto da verdade

146. O primeiro passo, depois de invocar o Espírito Santo, é prestar toda a atenção ao texto bíblico, que deve ser o fundamento da pregação. Essa atitude de humilde e deslumbrada veneração da Palavra exprime-se se detendo a estudá-la com o máximo cuidado e com um santo temor de manipulá-la.

147. Em primeiro lugar, convém estarmos seguros de compreender adequadamente o significado das *palavras* que lemos. São conhecidos os vários recursos que proporciona a análise literária: prestar atenção às palavras que se repetem ou evidenciam, reconhecer a estrutura e o dinamismo próprio de um texto, considerar o lugar que ocupam os personagens etc. A mensagem central é aquela que o autor quis primariamente transmitir, o que implica identificar não só uma ideia, mas também o efeito que esse autor quis produzir.

148. É verdade que, para se entender adequadamente o sentido da mensagem central de um texto, é preciso colocá-lo em ligação com o ensinamento da Bíblia inteira, transmitida pela Igreja.

A personalização da Palavra

149. O pregador deve ser o primeiro a desenvolver uma grande familiaridade pessoal com a Palavra de Deus. Como diz São Paulo, "falamos, não para agradar aos homens, mas a Deus, que põe à prova os nossos corações" (1 Ts 2,4).

150. Jesus irritava-se com pretensiosos mestres, muito exi-

gentes com os outros, que ensinavam a Palavra de Deus, mas não se deixavam iluminar por ela: "Atam fardos pesados e insuportáveis e colocam-nos aos ombros dos outros, mas eles não põem nem um dedo para os deslocar" (Mt 23,4). Quem quiser pregar deve primeiro estar disposto a deixar-se tocar pela Palavra e fazê-la carne em sua vida concreta.

A leitura espiritual

152. Há uma modalidade concreta para escutarmos aquilo que o Senhor nos quer dizer em Sua Palavra e nos deixarmos transformar pelo Espírito: designamo-la por *"lectio divina"*.

À escuta do povo

154. O pregador deve também pôr-se à escuta *do povo*, para descobrir aquilo que os fiéis precisam ouvir. Essa preocupação não é ditada por uma atitude oportunista ou diplomática, mas é profundamente religiosa e pastoral [...]. Procura-se descobrir *"o que o Senhor tem a dizer* nessas circunstâncias".

3. A FORMAÇÃO LITÚRGICA

"A formação litúrgica deve conduzir a compreender, por experiência, o sentido do *mistério* que toda ação litúrgica põe nas mãos, de forma especial, de quem foi escolhido para estar à frente do povo de Deus."[16]

[16] BUCCIOL, Armando. *Graça e Arte de Presidir*. 52ª Assembleia Geral da CNBB, Aparecida, 2014.

A Constituição *Sacrosanctum Concilium* dedica vários números à formação litúrgica e afirma que "é desejo ardente na mãe Igreja que todos os fiéis cheguem àquela plena, consciente e ativa participação nas celebrações litúrgicas que a própria natureza da Liturgia exige e que é, por força do Batismo, um direito e um dever do povo cristão. Na reforma e incremento da sagrada Liturgia, deve dar-se a maior atenção a esta plena e ativa participação de todo o povo porque ela é a primeira e necessária fonte onde os fiéis hão de beber o espírito genuinamente cristão. Esta é a razão que deve levar os pastores a procurarem-na, com o máximo empenho, através da devida formação. Mas, porque não há qualquer esperança de que tal aconteça, se antes os pastores não se imbuírem plenamente do espírito e da virtude da Liturgia e não se fizerem mestres nela, é absolutamente necessário que se providencie em primeiro lugar a formação litúrgica do clero" (SC 14).

Nos seminários e casas religiosas, adquiram os clérigos uma formação litúrgica da vida espiritual, mediante uma conveniente iniciação que lhes permita penetrar no sentido dos ritos sagrados e participar perfeitamente neles, mediante a celebração dos sagrados mistérios, como também mediante outros exercícios de piedade penetrados no espírito da sagrada Liturgia. Aprendam também a observar as leis litúrgicas, de modo que nos seminários e institutos religiosos a vida seja totalmente impregnada de espírito litúrgico (SC 17).

Ajudem-se os sacerdotes, quer seculares, quer religiosos, que já trabalham na vinha do Senhor, por todos os meios oportunos, a penetrarem cada vez melhor no sentido do que fazem nas funções sagradas, a viverem a vida litúrgica e a partilharem-na com os fiéis que lhes estão confiados (SC 18).

Procurem os pastores fomentar com persistência e zelo a formação litúrgica e a participação ativa dos fiéis, tanto interna como externa, segundo a sua idade, condição, gênero de vida e grau de cultura religiosa, na convicção de que estão cumprindo um dos mais importantes múnus do dispensador fiel dos mistérios de Deus. Neste ponto, guiem o rebanho não só com palavras, mas também com o exemplo (SC 19).

Diz o Documento de Santo Domingo: "Descuidou-se a séria formação litúrgica segundo as instruções e documentos do magistério em todos os níveis" (SD 43). A CNBB acrescenta: "A formação de que o leigo católico precisa para atuar conforme sua vocação, desenvolvendo a riqueza dos dons e talentos recebidos, não é apenas uma formação espiritual. É **formação integral**, que ajuda a desenvolver a dimensão humano-afetiva, a capacidade de comunicação e relacionamento com os outros, a capacidade de compreender, discernir e avaliar, a perseverança no compromisso e a fidelidade aos valores" (CNBB, Doc.62, n.186). "É fundamental que os seminaristas se familiarizem com o espírito litúrgico e se preparem bem para presidir as celebrações; para isso, importa que os diversos aspectos da formação no seminário encontrem expressão privilegiada nas celebrações litúrgicas, além de observar atentamente a carga horária mínima e o conteúdo programático estabelecido. Assim, a vivência da Liturgia acompanha todas as etapas da vida do formando. É importante que, desde o início do seminário, os seminaristas tenham uma participação consciente e ativa na Liturgia e aprendam gradativamente a celebrar a Liturgia das Horas. O Ano Litúrgico deve orientar a espiritualidade comunitária do seminário. Que os presbíteros se aprimorem de modo permanente

para crescerem na compreensão e animação dos vários ministérios, já que para a maioria do nosso povo a celebração da Liturgia é a única evangelização de que participam de fato ao longo de sua vida. E não se esqueçam de que a Liturgia mal celebrada causa frequentemente o afastamento dos fiéis. Os presbíteros valorizem a celebração da Liturgia das Horas como parte de seu ministério. Os homens e mulheres que assumem funções ou só participam na Liturgia sejam imbuídos do espírito litúrgico, tenham consciência dos mistérios que celebram e sejam capacitados para executar as suas funções; e que os irmãos e irmãs religiosos(as) tenham no programa de seu processo formativo a preocupação de transformarem a Liturgia em fonte da própria espiritualidade e de se tornarem animadores da celebração litúrgica. Tenha-se presente que a grande meta desta formação ampla e profunda é preparar agentes para a aculturação e a inculturação da Liturgia, porque homens e mulheres que vivem as duas realidades, a sócio-cultural e a celebrativa, poderão facilitar a tarefa dos responsáveis por esse processo" (CNBB, Doc.43,190-192 e 194-195).

CONCLUSÃO

"A Igreja encontra o sentido último de sua convocação na vida de oração, louvor e ação de graças que o céu e a terra dirigem a Deus por 'Suas obras grandes e maravilhosas' (Ap 15,3s; 7,9-17). Esta é a razão pela qual a liturgia 'é o cume ao qual tende a atividade da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte de onde emana sua força' (SC 10). Mas a liturgia é ação do Cristo total, Cabeça e membros, e, como tal, deve expressar o sentido mais profundo de sua oblação ao Pai: obedecer, fazendo de

toda a sua vida a revelação do amor do Pai pelo gênero humano. Por isso, o culto cristão deve expressar a dupla vertente da obediência ao Pai (glorificação) e da caridade com os irmãos (redenção), pois a glória de Deus é que o ser humano viva" (cf. SD 34). "O gesto litúrgico não é autêntico se não implica um compromisso de caridade, um esforço sempre renovado por sentir como sente Cristo Jesus e uma contínua conversão" (Documento de Medellín, Liturgia, n.3). Na hora presente de nossa América Latina, como em todos os tempos, a celebração litúrgica coroa e comporta um compromisso com a realidade humana, precisamente porque toda a criação está inserida no desígnio salvador que abarca a totalidade do ser humano (cf. Documento de Medellín, Liturgia n.4). Como consequência da deficiência de uma autêntica renovação litúrgica, o Documento de Santo Domingo aponta a falta de coerência entre fé e vida em muitos católicos, incluindo, às vezes, a nós mesmos ou alguns de nossos agentes de pastoral (SD 44).

"O serviço litúrgico tem, por si mesmo, um valor evangelizador que a Nova Evangelização deve situar em lugar de grande destaque. Na liturgia, Cristo Salvador se faz presente hoje. A liturgia é o anúncio e realização dos feitos salvíficos (cf. SC 6) que nos chegam a tocar sacramentalmente; por isso, convoca, celebra e envia [...]. Sustenta o compromisso social enquanto orienta os fiéis a assumir sua responsabilidade na construção do Reino [...]. A celebração não pode ser algo separado ou paralelo à vida. Por último, é essencialmente pela liturgia que o Evangelho penetra no coração das culturas. Por isso, as formas de celebração litúrgica devem ser aptas para expressar o mistério que se celebra e, por sua vez, ser claras e inteligíveis" (cf. SD 35). "Sem capacidade de contemplação, a liturgia, acesso a Deus através de sinais, converte-se em ação carente de profundidade" (SD 37).

SIGLAS

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CT – Catechesi Tradendae
DAp – Documento de Aparecida (2007)
DD – Dies Domini
DGC – Diretório Geral para a Catequese
DP – Documento de Puebla
IGELM – Introdução Geral ao Elenco das Leituras da Missa
IGMR – Instrução Geral sobre o Missal Romano
MaC – Marialis Cultus
NMI – Novo Millennio Ineunte
SC – Sacrosanctum Concilium
SaCa – Sacramentum Caritatis
SD – Documento de Santo Domingo (1992)
PR – Pontifical Romano
RDI – Ritual de Dedicação de Igreja
TMA – Tertio Millennio Adveniente